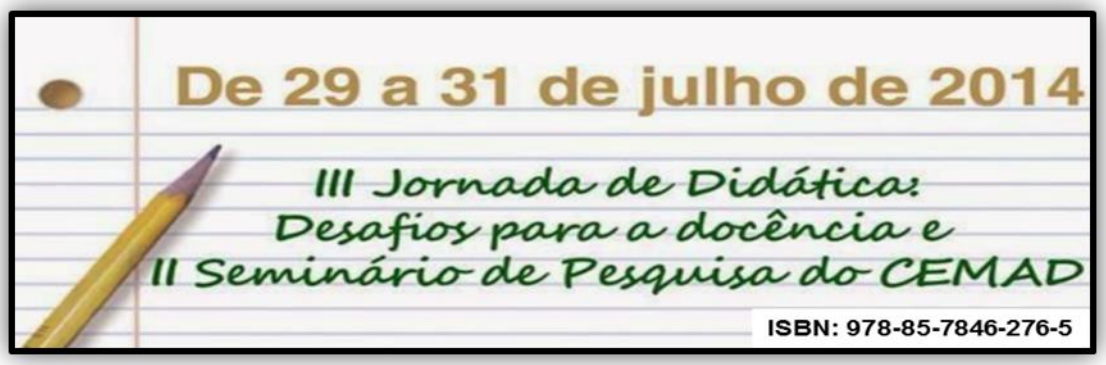

A PRODUÇÃO DE UM JORNAL ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Luisa Miyuki Yoshikawa[1]
UNOPAR
luisayoshikawa@gmail.com

Rosemari Bendlin Calzavara [2]
UNOPAR
rosemari.calzavara@unopar.br

1. Didáticas e Práticas de Ensino na Educação Básica

RESUMO: As mídias estão presentes em todas as esferas sociais, proporcionando informação e entretenimento, sendo assim é necessário refletirmos sobre a integração das mídias na prática pedagógica. No sentido de nos engajarmos em um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural, que possibilite o acesso aos saberes linguísticos e discursivos necessários para o exercício da cidadania, estamos realizando uma atividade de intervenção participativa para a confecção de um jornal na sala de aula. Nessa perspectiva, o jornal proposto desenvolve um conjunto de práticas de letramento com base em gêneros textuais da esfera jornalística, levando os alunos a refletirem sobre práticas sociais que ocorrem em situações enunciativas concretas. A pesquisa, em fase de desenvolvimento, apresenta uma proposta de trabalho sobre o uso do jornal impresso na educação e a produção de um jornal escolar na Educação de Jovens e Adultos.

PALAVRAS-CHAVE: Mídias, Gêneros Textuais, Jornal Escolar

Introdução

[1] Mestranda em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias e professora de Língua Portuguesa da rede pública estadual.
[2] Doutora em Letras pela UEL, professora no Mestrado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias – UNOPAR/ Londrina.

Nesta última década a Educação de Jovens a Adultos - EJA - vivenciou uma série de episódios nacionais e estaduais que delineiam a consolidação da modalidade de ensino na educação formal e desencadeiam inúmeras reflexões pedagógicas. O percurso da Educação de Adultos no Brasil acompanha a história da educação como um todo e percebemos que a responsabilidade por essa oferta de escolarização foi compartilhada por órgãos públicos, entretanto a Educação de Jovens e Adultos sempre foi marcada por um viés compensatório e reducionista empregados pelas políticas para esse setor.

Para Pinto (1998, p. 29), “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”. Ao longo da nossa história, a mobilização em favor da educação do cidadão está intrinsecamente ligada às tentativas de sedimentação ou de recomposição do poder político e das estruturas socioeconômicas.

A compreensão da EJA nas suas faces políticas e sociais possibilita ao professor visualizar a importância do acesso dos alunos à escola e sua permanência nessa instituição, bem como permite vislumbrar as contradições que delineiam a educação pública no Brasil. Os profissionais da educação defrontam-se com uma realidade educacional que exige formação para trabalhar com a diversidade cultural e com as adversidades sociais que marcam a trajetória do país.

1 Políticas Públicas na EJA

A constituição federal promulgada em 1988, garantiu avanços importantes no campo da EJA. No artigo 208, a Educação passa a ser direito de todos, independentemente de idade, e nas disposições transitórias são definidas metas e recursos orçamentários para a erradicação do analfabetismo.

> O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

O governo manteve a gratuidade da educação pública a todos que não tiveram acesso à escolaridade básica, reconhecendo que a sociedade foi incapaz de garantir escola básica para todos na idade adequada. Apesar do artigo

que definiu na constituição a educação como “direto de todos”, chegamos à década de 90 com políticas públicas educacionais pouco favoráveis a este setor, porque os programas que foram ofertados após 1988 estiveram longe de atender à demanda populacional.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN nº 9394/96, promulgou-se a primeira referência sobre a EJA no Título III, artigos 4º e 5º, trazendo um considerável ganho à educação de adultos, institucionalizando esta modalidade de ensino.

De acordo com a LDB nº 9.394/96, é dever do Estado, garantir a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, assegurando aos que não tiveram acesso à escola na idade adequada as condições de acesso e permanência nesse ambiente educacional.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) imprimiram mudanças conceituais significativas na EJA, principalmente no que se refere à expansão do tipo de oferta de programas.

Segundo o Parecer CNE/CEB 11/2000, que apresenta as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, determina três funções para a educação de jovens e adultos:

1) Reparadora: O Parecer atribui à Educação de Jovens e Adultos a função de restaurar o direito de todos que não tiveram acesso à escolarização básica na idade apropriada. Assegurando a educação escolar de qualidade a todos, sem discriminação, oportunizando o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Assim, a reparação é a oportunidade concreta de jovens e adultos estarem na escola e uma alternativa viável em função das especificidades socioculturais desses segmentos para os quais entende que a EJA necessite ser pensada como um modelo pedagógico próprio, objetivando criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos.

2) Equalizadora: Os jovens e adultos que tiveram interrompida sua trajetória educacional devem ser alvo de políticas que objetivem favorecê-los, garantindo o retorno e a permanência em universo escolar que lhes seja próprio, de forma a efetivar competências adquiridas na educação extraescolar e na própria

vida. O Estado deve assegurar àqueles a quem foi negado o direito à educação todas as condições necessárias para que adquiram ou complementem sua escolaridade. Nesse contexto, a EJA representa uma possibilidade de construir um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.

3) Qualificadora ou permanente: tem a tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos ao longo da vida, proporcionando as condições necessárias para que, em qualquer momento, exerçam seu direito de aprender. Constitui o próprio sentido da EJA. É o que permanecerá, quando a efetiva democratização da sociedade tornar desnecessária a função reparadora e equalizadora.

As políticas públicas que estruturam a educação nacional intensificaram o retorno de jovens e adultos ao convívio da escola e a juvenilização vem mudando a realidade anterior da EJA, que cada vez mais é desafiada a fazer cumprir as três funções anteriormente citadas.

O rejuvenescimento e heterogeneidade cada vez maior da população atendida nesta modalidade educativa, tornam ainda mais complexas as práticas pedagógicas dos professores e tem se configurado um amplo desafio para uma nova forma de fazer a EJA.

2 O Fenômeno da Juvenilização na Turma da EJA

Segundo Arroyo (2009), os alunos da Educação de Jovens e Adultos foram sempre vistos nas escolas com trajetórias incompletas, permeadas por problemas de reprovações sucessiva, por não terem se adaptado às normas das escolas. Esses aspectos, fazem com que a EJA

> [...] se apresente como alternativa e venha a ser amplamente utilizada por jovens e adultos para o prosseguimento e a conclusão dos estudos, o que infelizmente, tem convertido a EJA em mecanismo de aceleração de estudos para adolescentes e jovens com baixo desempenho na escola regular (VALE, 2010, p. 25).

É imprescindível identificarmos esse sujeito, cuja história é diferente de outros jovens da mesma idade, que estão ingressando num nível superior de escolaridade ou buscando cursos de especialização profissional para aprimoramento ou a inserção no mercado de trabalho. “O jovem da EJA deve ser visto como uma pessoa, condições de existência remetem a dupla exclusão, de seu grupo de pares da mesma idade e do sistema regular de ensino, por evasão ou retenção” (AMARAL; FERRARI, 2005, p. 15).

Nesta perspectiva, o perfil do público da EJA caracteriza-se na contraposição ao estereótipo de adulto que segue o curso regular de escolarização (OLIVEIRA, 1999). O fato de serem excluídos da escola os coloca à margem do mercado de trabalho, por isso retornam à EJA em busca de certificação e resgate da autoestima. Para tanto, acreditam que sua entrada no mundo do trabalho proporcionará condições melhores de vida.

Segundo Santos (2008, p. 5), o desafio imposto para a EJA na atualidade é

> [...] mudar radicalmente a maneira como a EJA é concebida e praticada; buscar novas metodologias, considerando os interesses dos jovens e adultos; pensar novas formas de EJA articuladas com o mundo do trabalho; investir seriamente na formação de educadores; e renovar o currículo interdisciplinar e transversal, entre outras ações, de forma que esta passe a constituir um direito, e não um favor prestado em função da disposição dos governos, da sociedade ou dos empresários.

Assim, precisamos estar atentos às singularidades que aparecem durante a prática docente, pois os sujeitos jovens nas turmas da EJA não imaginavam se encontrar nessa modalidade de ensino com tamanha força. Dessa forma, devemos conhecer esse novo alunado, pensando em fazer uma reorganização curricular para o desenvolvimento de competências e habilidades que os tornem capazes de aprender constantemente, sendo cidadãos críticos, reflexivos e interativos.

3 O Ensino da Língua Materna

Os avanços tecnológicos encurtam o tempo e a distância dos acontecimentos e possibilitam o acesso imediato a informações veiculadas no ciberespaço, transformando constantemente os processos de comunicação. E nessa abundância de informações, os alunos da EJA chegam à escola com uma gama maior de informações.

É necessário que a escola procure se adequar à nova demanda da sociedade, proporcionando capacitação adequada aos profissionais responsáveis para que os objetivos educacionais sejam alcançados. Da mesma forma, o professor precisa fazer uso da diversidade de ferramentas tecnológicas, promovendo estratégias metodológicas que propiciem um ambiente dinâmico, interativo e significativo ao aprendiz.

Sendo assim, propomos uma reflexão sobre a prática do ensino e da escrita em sala de aula, centrada na redação escolar. Geraldi (2008, p. 65), enfatiza que "é preciso lembrar que a produção de textos na escola foge totalmente ao sentido de uso da língua: os alunos escrevem para o professor (único leitor, quando lê os textos)".

Esse tipo de atividade escolar é uma produção distanciada do uso real da linguagem e não promove o diálogo com um interlocutor, ou seja, a de interagir em um determinado contexto social

Para Pécora (1999, p. 85), a produção textual na escola passa a ser uma "via-crúcis", uma carga que o aluno precisa finalizar com o intuito de ganhar uma recompensa: a nota. O aluno escreve para alguém que não existe e, quando existe, esse leitor é o professor, que na verdade não interage, mas apenas procura erros no texto do aluno. A própria ausência de um interlocutor definido já constitui um obstáculo na hora de se produzir algo escrito.

Segundo Baltar (2006, p. 13), "ensinar uma língua é dar condições aos alunos, falantes dessa língua, para desenvolverem uma competência discursiva necessária para o diálogo e para a transformação dos espações discursivos letrados que compõem o tecido social".

Dessa forma, a prática pedagógica do professor precisa acompanhar as inovações utilizando-as a seu favor como ferramentas que vão enriquecer suas aulas e proporcionar maior interação no processo de construção do conhecimento.

Portanto, é necessário direcionar a educação para um novo paradigma: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p .22).

Isso implica em uma nova postura do professor como mediador entre as informações e sua construção por parte do aluno e também do espaço escolar simbolizado pelo ato pedagógico. O grande desafio da escola é transformar informação em conhecimento, e o jornal pode ajudar nessa tarefa.

4 Projeto João Rodrigues

Ao assumirmos a turma da EJA - Ensino Médio, buscamos a viabilização da produção de um jornal escolar tendo como objetivo desde o letramento do aluno até a sua formação, enquanto indivíduo crítico, participativo e cidadão, que se concebe como conhecedor e agente de transformação social.

No cotidiano escolar, os processos de leitura e escrita devem ter sentido. E isso pressupõe mudanças institucionais no nível microssocial, ou seja, que o fazer pedagógico se transforme numa interlocução entre alunos, professores e objetos de conhecimento. O conhecimento do indivíduo se desenvolve no contexto em que está inserido, pois seus saberes são atualizados constantemente, em interação com outros atores sociais e com os signos presentes na sociedade.

Nesse contexto, o uso do jornal em sala de aula torna-se um instrumento para desenvolver e ampliar a compreensão de leitura, contribuindo significativamente para a criação de um elo entre os conteúdos teóricos do currículo escolar com a realidade escolar e social. Por isso, a utilização da mídia impressa com enfoque didático no ambiente escolar promove a formação do aluno em diferentes situações de aprendizagem.

Segundo Faria (2006, p. 11), o jornal é mediador entre a escola e o mundo,

> o jornal também é uma fonte primária de informação, espelha muitos valores e se torna assim um instrumento importante para o leitor se situar e se inserir na vida social e profissional. Como apresenta um conjunto dos mais variados conteúdos, preenche plenamente seu papel de objeto de comunicação. Mas não é só, pois como os pontos de vista costumam ser diferentes e mesmo conflitantes, ele leva o aluno a conhecer diferentes

> posturas ideológicas frente a um fato, a tomas posições fundamentadas e a aprender a respeitar os diferentes pontos de vista, necessários ao pluralismo numa sociedade democrática.

Assim, proporcionar ao aluno a participação na produção de um jornal, é oportunizar a produção de textos sobre assuntos que lhe interessam, sabendo que o seu texto será efetivamente lido por toda a comunidade escolar e por outras pessoas fora dela, efetivando o diálogo com os seus leitores sobre o que julgar importante, de forma autônoma, participativa e independente.

Considerações Finais

A EJA configura-se como uma modalidade de ensino que possui um caráter de educação permanente, pois a educação é um processo e tem como finalidade o desenvolvimento integral e ininterrupto do indivíduo. Ao reconhecer que a educação se faz ao longo da vida, torna-se indispensável diagnosticar as características históricas, sociais, econômicas dos alunos, da comunidade e estabelecer uma relação de confiança, baseada em valores e crenças democráticas, considerando como fundamento o pluralismo e a diversidade cultural.

Segundo Gadotti e Romão (2001, p. 121), a EJA deve “construir identidade própria, sem concessões à qualidade de ensino e propiciando uma terminalidade e acesso a certificados equivalentes ao ensino regular”

Para tanto, é necessário que o professor busque novas alternativas de ação, entendendo que a EJA é uma modalidade que atinge um segmento diferenciado, cuja especificidade necessita de uma percepção diferenciada acerca da educação formal e também das questões sociais em que os alunos estão inseridos.

Fairclough (1992, p. 6) enfatiza que “as pessoas não podem ser efetivos cidadãos em uma sociedade democrática se sua educação as priva de uma consciência crítica de elementos-chaves dentro de seu ambiente físico ou social”. O desenvolvimento de um conhecimento crítico do mundo e das possibilidades para transformá-lo deve ser o principal objetivo de toda educação, inclusive da educação linguística.

Segundo Freinet (1974) o jornal materializa o esforço tanto do professor quanto do aluno e possibilita que o produto desse esforço seja conhecido pela comunidade escolar, podendo até mesmo ultrapassar os muros escolares e alcançar outros contextos sociais.

Em nosso trabalho com a produção do jornal escolar, estudamos a língua como fator social, segundo a visão interacionista e discursiva de Bakhtin. Entendemos que a evolução do ser humano e a organização estão relacionadas às formas de atividades sociais, regidas pela comunicação. Afinal, os elementos responsáveis pela mediação entre os indivíduos são fornecidos pelo grupo cultural, estes lhes fornecem formas de perceber e organizar a sua realidade.

Assim, "cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso" (BAKHTIN, 2003, p. 262).

Na produção do jornal escolar “João Rodrigues”, os alunos participam das decisões em relação ao espírito do jornal e sobre o conteúdo a ser publicado. Este jornal conta com o apoio da direção da escola, contempla uma variedade de gêneros jornalísticos, focaliza a atualidade escolar e local e, como o jornal está sendo produzido pelos alunos e para os alunos, reflete os anseios e interesses desse grupo de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Partimos do pressuposto “de que ensinar uma língua é dar condições a seus falantes de desenvolverem suas competências discursivas para, com isso, dialogar com seus interlocutores” (BALTAR, 2006, p. 20). Nesse sentido, a produção de um jornal na escola propicia o trabalho com o letramento do aluno, por meio da escrita e da leitura de textos por eles mesmos produzidos, dando um novo sentido à produção textual, permitindo a circulação e interação com outros leitores, tornando o processo de ensino e aprendizagem dinâmico e participativo.

REFERÊNCIAS

AMARAL. S; FERRARI, S. C. **O aluno de EJA**: jovem e adolescente? 2005. Disponível em: http://www.cereja.org.br/pdf/revista. Acesso em: 20 abr. 2014.

ARROYO, M. G. **Educação de jovens e adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. C.; GOMES, N. L. (Org.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ANDRADE, A. de. **Uso(s) das novas tecnologias em um programa de formação de professores**: possibilidades, controles e apropriações. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BALTAR, M. A. R. **Competência discursiva & gêneros textuais**: uma experiência com o jornal de sala de aula. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 40. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. Lei nº 9394. **Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**, Brasília, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Fundamental. Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 01/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.Brasília,2000. Disponível em: http://www.mec.gov.br. Acesso em: 15 Jun. 2014

FARIA, M. A. **Como usar o jornal na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Critical language awareness**. New York: Longman Publishing, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: **saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREINTE, C. **O Jornal escolar**. Lisboa: Estampa, 1976

GADOTTI, M; ROMÃO, J. E. (Orgs**.). Educação de jovens e adultos:** teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

OLIVEIRA, M. K. de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e de aprendizagem.** Caxambu, 1999. Disponível em: http://www.cinterfor.org.uy/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/youth/doc/not/libro286/libro286.pdf. Acesso em: 20 Abr 2014.

PÉCORA, A. **Problemas de redação**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PINTO, A. V. **Sete lições para a educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, I. M. S. **Educação de Jovens e Adultos**, 2008. Disponível em: http://www.webartigos.com/artigos/a-educação-de-jovens-e-adultos-no-brasil. Acesso em: 30 Abr. 2014.

VALE, E. C. O, Inês B. A Ressignificação da EJA, o currículo e a centralidade da cultura: da educação popular aos processos de escolarização. In: **I Congresso Internacional da Cátedra UNESCO de Educação de Jovens e Adultos**. João Pessoa, jul. 2010.